

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES) DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO (DEGEP) DIVISÃO DE APOIO E ACESSORAMENTO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS (DICOL)	
	<b>Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – COEM (Pandemia - Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher)</b>	<b>ATA DE REUNIÃO Nº 72/2020</b>
<b>Data: 04.11.2020</b>	<b>Horário: 16h.</b>	<b>Local: Virtual (Aplicativo Microsoft TEAMS)</b>

Estiveram presentes na reunião, realizada por meio virtual (Aplicativo Microsoft TEAMS):

1. Juíza Katerine Jatahy Kitsos Nygaard (**Membro da COEM**);
2. Juíza Juliana Cardoso Monteiro (**Membro da COEM**);
3. Juíza Elen de Freitas Barbosa (**Membro da COEM**);
4. Procuradora de Justiça Carla Araújo (**MPRJ**);
5. Promotora de Justiça Lúcia Iloizio Barros Bastos (**MPRJ**);
6. Delegada Sandra Ornellas (**DGPAM - PCERJ**);
7. Sra. Maria Cristiane (**Diretora Casa Abrigo Viva Mulher Cora Coralina**);
8. Dra. Ana Otoni (**Coordenadoria Estadual da Saúde da Mulher**);
9. Sra. Cristina Fernandes (**CIAM Márcia Lyra**);
10. Sra. Rosangela Pereira (**CEAM Chiquinha Gonzaga**);
11. Sra. Bárbara (**CRM-SSA - Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida**);
12. Sra. Maria José de Melo (**CEJUVIDA**).

A **Exma. Juíza Katerine Jatahy**, membro da COEM, abre os trabalhos 16h20min, dispensando a lista de presença, por tratar-se de reunião virtual.

Inicialmente, agradece a participação de todas em mais uma reunião da Rede, com objetivo de aproximar cada vez mais as Instituições, a fim de compartilharem suas dificuldades e boas práticas em busca de melhorias para prover um atendimento célere e eficaz às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Ao ensejo, a Magistrada comenta brevemente sobre a repercussão dos casos de violência de gênero e institucional divulgados nos últimos dias, através da mídia, e reforça a importância das reuniões da Rede, em busca de melhorias nos acolhimentos das mulheres

vítimas e que as Instituições do sistema de justiça e proteção não podem ser violadoras dos direitos dessas mulheres.

Em seguida, passa a palavra para a Delegada Sandra Ornellas, solicitando para que a mesma compartilhe como estão os atendimentos nas DEAMs e sobre os avanços nas ações de melhorias do canal 197 e RO *on-line*.

Com a palavra, a **Delegada Sandra Ornellas** (DGPAM) discorre brevemente sobre o atual contexto da Instituição em razão das recentes mudanças nos cargos de comando, onde todos precisam se dedicar para contextualizar os novos gestores acerca das rotinas, projetos e desafios.

Reforça que, desde o dia 27 de junho, todas as DEAMs retornaram com os atendimentos presenciais, 24h, porém com déficit no efetivo, por conta dos agentes do grupo de risco afastados devido à pandemia.

Discorre sobre alguns projetos em andamento, dentre eles:

**(i)** o projeto enviado para votação no Fundo Nacional de Direitos Difusos, no eixo envolvendo acessibilidade e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Caso o projeto seja selecionado, a previsão é iniciar as ações em 2021;

**(ii)** o projeto de reforma e criação das brinquedotecas das DEAMs (a ser estendido para as Salas Lilás), em parceria com a Michele Pin (escritora e *coach* de relacionamento, autora do livro *Desafio do Amor Próprio*) com objetivo de disponibilizar um espaço de acolhimento adequado às crianças que chegam nas DEAMs acompanhadas de suas mães, vítimas de violência doméstica e familiar.

Por fim, relata sobre a conclusão dos cursos de capacitação planejados para esse segundo semestre de 2020, dos treinamentos em andamento e que está prevista a realização, em breve, de dois seminários, um voltado para a Perícia Técnica, em termos de investigação dos casos envolvendo a violência doméstica e outro para apresentar a Rede de enfrentamento aos agentes e informa que estão preparando atividades para os **16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres\*\***.

A **Juíza Katerine Jatahy** expõe bastante entusiasmo com os informes da Delegada e os projetos trazidos pela Michele Pin, servindo até de exemplo e inspiração para outras iniciativas.

---

\*\* Campanha anual e internacional que começa no dia 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, e vai até 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. No Brasil, a mobilização abrange o período de 20 de novembro a 10 de dezembro. Foi iniciada por ativistas no Instituto de Liderança Global das

*Mulheres, em 1991, e continua a ser coordenada anualmente pelo Centro para Liderança Global das Mulheres. É uma estratégia de mobilização de indivíduos e organizações, em todo o mundo, para engajamento na prevenção e na eliminação da violência contra as mulheres e meninas.*

Ao ensejo, a Magistrada enfatiza a importância das capacitações constantes nas Instituições e informa que o TJRJ também está com turmas em andamento do **Workshop sobre o Formulário Nacional de Risco** e, programado para dia **25.11.2020**, o **Workshop Femicídio - Protocolo Violeta-Laranja - Rotinas Específicas** para todos os servidores lotados nas Equipes Técnicas e cartorárias dos JVDFMs e Júri.

Em relação ao contexto do feminicídio, a **Delegada Sandra O.** complementa que, através de uma OS, em 10 de março de 2020 foram criados núcleos de feminicídio nas DHs. Contudo, o projeto ainda não está totalmente estruturado e informa que, recentemente, teve oportunidade de se manifestar sobre o tema internamente, ao despachar resposta para a Delegada Marta Rocha que solicitou informações sobre esses núcleos.

Dando prosseguimento, a **Juíza Juliana Cardoso** faz as seguintes indagações à Delegada: **(i)** se houve algum avanço no projeto, cuja proposta era inserir os campos do Formulário Único de Risco para compor o RO *on-line*; **(ii)** se houve algum problema no sistema da PCERJ, recentemente, pois observara que muitas solicitações de MPs ficaram represadas no último final de semana e só distribuídas posteriormente; e **(iii)** sobre a criação de NUAMs nas Delegacias distritais de Itaboraí e Tanguá, com objetivo de prover um atendimento mais direcionado às mulheres vítimas, como alternativa para suprir a não existência de DEAM nessas regiões.

**Dra. Sandra Ornellas** responde que, em consulta recente ao Delegado Waldecyro (responsável técnico pelo setor de Informática da SEPOL/DTI), tomou conhecimento que o projeto não evoluiu, em virtude da TI estar bastante sobrecarregada com as demandas geradas em razão da pandemia e não conseguiu ainda atuar nessa melhoria.

Quanto ao evento sistêmico para distribuições das solicitações, informa que não teve conhecimento de problemas generalizados. Apenas recebera relatos de dificuldades pontuais (DEAM Oeste e Jacarepaguá) e outros envolvendo acionamentos de prisão temporária entre o MPRJ e a PCERJ, nas Centrais de Inquérito. Percebe, com isso, que essas integrações sistêmicas ainda precisam de alguns ajustes e propõe criar protocolos contingenciais para serem seguidos quando houver problemas desse tipo.

Em relação à criação dos NUAMs, a **Delegada** responde que a maior dificuldade hoje é a falta de efetivo para compor os núcleos. Diante disso e em virtude de alguns relatos de mal atendimento nessas duas distritais, a **Juíza Juliana Cardoso** indaga se a Dra. Sandra O. pode

participar de uma reunião específica para verificar possíveis melhorias. Ao que a Delegada Sandra O. responde que sim e informa que convidará também os titulares das duas distritais e o Diretor do Dpto. responsável (Delegado Pedro).

**Dra. Juliana Cardoso** agradece e informa que após as eleições entrará em contato com a Dra. Sandra O. para agendar a reunião.

Na oportunidade, a **Juíza Katerine Jatahy** reforça que na Capital também tem ocorrido atrasos na distribuição das MPs (recebidas pelo Tribunal em torno de 15 dias após a data do registro de ocorrência) e muitas distribuídas incorretamente, acarretando em diversos declínios e impactando no tempo da análise e deferimento da medida.

Dito isso, informa que muitos casos já foram reportados anteriormente e reforça a necessidade de uma reunião específica urgente, com as TIs (PCERJ e TJRJ), convidando também a TI do MPRJ, com data a definir, a fim de avaliarem os contextos relatados. Caberá a COEM enviar o convite, após Dra. Katerine definir a data. (DELIBERAÇÃO 01)

Reforça, inclusive, que solicitara para os Juízes sempre registrarem os casos pontuais a fim de serem utilizados como evidências na investigação do problema e que a TI do Tribunal informou que há distinção entre a divisão territorial por competência dos Juizados e a divisão territorial por delegacia

Por fim, complementa que a **Des. Suely Magalhães (Coord. da COEM)** também fez uma recomendação para que todos os Magistrados avaliem, antes de declinarem e remeterem os autos ao Juízo competente, a gravidade dos casos a fim de expedirem a medida protetiva com base no poder geral de cautela, com o intuito de garantir a proteção imediata e evitar maiores prejuízos às mulheres vítimas de violência doméstica, em especial em época de pandemia e de adaptação do processo eletrônico.

Dando prosseguimento, a **Juíza Elen de Freitas** informa que estão progredindo com a possibilidade do poder público implantar um CEAM em Três Rios para atender também a região em torno (Paraíba do Sul, Areal etc.). A Secretaria Municipal está avaliando para dar uma resposta.

Com a palavra, a **Procuradora de Justiça Carla Araújo** discorre sobre o andamento do projeto de unificação do Disque 100 (Direitos Humanos) com o 180 (Central de Atendimento à Mulher), cujas tratativas mais recentes (reunião ocorrendo na presente data) permeiam em torno da definição do fluxo de encaminhamento para os Órgãos de atuação (se através da Ouvidoria do MP Estadual ou Ouvidoria do MP Nacional).

Por fim, informa que a capacitação promovida pela Instituição, no tema Raça e Gênero, foi concluída e houve boa repercussão interna e que também estão se preparando para os **16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres**

Em complemento, **Dra. Lúcia Iloizio** (MPRJ) informa que já foi assinado um acordo de cooperação entre o CNMP e o Ministério das Mulheres para a recepção do canal unificado do Disque 100 com o 180, passando a atribuição do Órgão Gestor (Poder Executivo) para a Ouvidoria do CNMP.

No entanto, pondera que o MP não pode receber todo tipo de denúncia sem qualquer critério estabelecido e que há grande preocupação desse acordo, em tese, violar um pouco a autonomia dos MPs, além de outras cláusulas do termo que estão sendo debatidas para que a minuta do fluxo de trabalho seja revisada, no âmbito dos encaminhamentos das denúncias.

Explica que cada Órgão de atuação (Assistência, Polícia Militar, Polícia Civil, MP, etc.) precisa ter um canal de recepção específico das denúncias, de acordo com a atribuição de cada um e a distribuição para esses Órgãos é de responsabilidade do Poder Executivo (Órgão Gestor dos Canais Disque 100 e 180), ou seja, o MP só deve receber o que de fato seja de atribuição do MP.

Por fim, conclui que é preciso haver investimentos e capacitação para garantir que o serviço seja prestado com qualidade e de forma efetiva.

**Sra. Rosângela Pereira** (CEAM Chiquinha Gonzaga) discorre sobre a rotina dos atendimentos (ocorrendo presencial e virtual) e informa que está fechando o relatório estatístico com a volumetria para divulgar posteriormente, mas antecipa que houve pequena redução na quantidade de atendimentos em relação ao mês anterior.

Compartilha que para 2021 já estão avaliando e pensando em novas formas de atendimento com qualidade (priorizando os espaços para acompanhamento individual e proporcionando os espaços para os grupos, em razão da grande demanda de necessidade de acompanhamentos gerada com a pandemia (comparando com os anos anteriores) e equipe multidisciplinar com poucos profissionais para dar conta.

Relata que também estão se organizando para os **16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres** e divulga alguns eventos programados: dia 20 de novembro (dia da consciência negra), com grupo reflexivo conectando a questão da violência de gênero com o racismo; e dia 02 de dezembro, um evento aberto para falar sobre a violência institucional, a ser divulgado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Por fim, informa que a equipe está produzindo um material de avaliação para registrar a experiência do desafio de se reinventar e atuar de forma remota nos atendimentos, em razão da pandemia.

**Sra. Cristina Fernandes** (CIAM Márcia Lyra) discorre que tem recebido casos mais complexos, ultimamente, e observado certa resistência das mulheres assistidas em comparecer presencialmente no CIAM, pois acredita que, de certa forma, já perceberam que o atendimento remoto tem dado certo. Por outro lado, relata que tem observado certa resistência por parte da equipe técnica, uma vez que o atendimento remoto tem sido mais desgastante e exigido um esforço maior para garantir um acolhimento/acompanhamento com qualidade diante da demanda.

Dito isso, relata que já está avaliando e discutindo alternativas para ajustar e melhorar esse contexto sobre a manutenção dos atendimentos remotos. Por fim, informa que também estão se preparando para os **16 Dias de Ativismo** e que a Secretaria de Políticas para as Mulheres tem debatido forma para ampliar a quantidade de CIAMs/CEAMs no Estado.

Com a palavra, a **Sra. Maria Cristiane** (Casa Abrigo Cora Coralina) relata sobre o trabalho de divulgação da Casa Cora nas matérias que o RJTV fez, recentemente, sobre o feminicídio e que esclareceu e apresentou para a população a existência da casa abrigo e todo o trabalho de acolhimento e acompanhamento proporcionado por esse equipamento.

Por fim, complementa que todas as Casas Abrigos estão se mobilizando para os **16 Dias de Ativismo**. Nesse sentido, a Casa Cora está preparando um documentário com depoimentos das abrigadas quanto ao trabalho de acolhimento, respeitando todos os cuidados necessários para não comprometer o caráter sigiloso do abrigo.

**Dra. Ana Otoni** (Coordenadoria Estadual da Saúde da Mulher) enaltece a importância dessas reuniões da Rede, o engajamento de todas as participantes e das ações nas Instituições em busca de melhorias.

Ao ensejo, discorre que percebe necessidade de mais DEAMs nas regiões interioranas e um grande movimento de mulheres candidatas nessas eleições, divulgando em seus planos de trabalho propostas de ampliar os equipamentos de cuidados às mulheres vítimas de violência.

Com a palavra, **Sra. Bárbara** (CRM-SSA) agradece o convite, expõe satisfação em estar participando pela primeira vez na reunião da Rede e discorre sobre a rotina da Instituição, atuando no momento com atendimentos remotos, através do *Siga-me* para os celulares, e por videoconferências.

Relata sobre algumas atividades proporcionadas: *oficina de danças* (realizadas desde 2016 para proporcionar integração e troca de experiência entre as mulheres) e o *cine pipoca* (adaptado para *cine-debate*, abordando diversos temas, o mais recente "O Protagonismo Trans" e já previsto para o dia 03 de novembro "Quem Matou Eloá", como uma das atividades planejadas para os *16 Dias de Ativismo*).

Por fim, a **Juíza Katerine Jatahy** enaltece a importância do trabalho nos Centros de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida e reforça que é preciso, de fato, olhar mais para esse contexto da população Trans.

Nada mais a tratar, a **Magistrada** encerra a reunião às 17h55min e designa a próxima para o dia 18 de novembro, às 16h. (DELIBERAÇÃO 02)

**JUÍZA KATERINE JATAHY KITSOS NYGAARD**  
**Membro da COEM**

Deliberações		Responsável	Prazo
01	Definir data para reunião com as TIs (PCERJ, TJRJ e MPRJ) e informar à COEM para envio do convite.	Juíza Katerine Jatahy	-
02	Enviar o convite da próxima reunião da Rede, designada para o dia 18 de novembro de 2020, às 16h.	DICOL/COEM	Imediato

CERTIDÃO

Certifico que a presente Ata  
foi assinada eletronicamente em  
04/12/2020.

Rodrigo O. T. Almeida  
Chefe de Serviço do SEATE